STJ00109832 - V. 1

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA

Professor Emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro
e na Universidade Federal de Minas Gerais.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume I

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL
TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL

Maria Celina Bodin de Moraes
Atualizadora e colaboradora

33ª edição revista e atualizada

gen | Editora FORENSE

EDIÇÕES ANTERIORES

1ª edição – 1961
2ª edição – 1966
3ª edição – 1971
4ª edição – 1974
5ª edição – 1976 – 1ª tiragem
5ª edição – 1978 – 2ª tiragem
5ª edição – 1980 – 3ª tiragem
6ª edição – 1982
7ª edição – 1983
8ª edição – 1984
9ª edição – 1985
10ª edição – 1987
11ª edição – 1989
12ª edição – 1990
13ª edição – 1992
14ª edição – 1993
15ª edição – 1994
16ª edição – 1994
17ª edição – 1995
18ª edição – 1995
18ª edição – 1996 – 2ª tiragem
18ª edição – 1996 – 3ª tiragem
18ª edição – 1997 – 4ª tiragem
18ª edição – 1997 – 5ª tiragem
19ª edição – 1998
19ª edição – 1998 – 2ª tiragem
19ª edição – 1999 – 3ª tiragem
19ª edição – 1999 – 4ª tiragem
19ª edição – 1999 – 5ª tiragem
19ª edição – 2000 – 6ª tiragem
19ª edição – 2000 – 7ª tiragem
19ª edição – 2001 – 8ª tiragem
19ª edição – 2001 – 9ª tiragem
19ª edição – 2002 – 10ª tiragem
20ª edição – 2004
20ª edição – 2004 – 2ª tiragem
20ª edição – 2005 – 3ª tiragem
21ª edição – 2005
21ª edição – 2005 – 2ª tiragem
21ª edição – 2005 – 3ª tiragem
21ª edição – 2006 – 4ª tiragem
22ª edição – 2007
22ª edição – 2008 – 2ª tiragem
23ª edição – 2009
23ª edição – 2010 – 2ª tiragem
23ª edição – 2010 – 3ª tiragem
24ª edição – 2011
25ª ediçao – 2012
26ª edição – 2013
27ª edição – 2014
28ª edição – 2015
29ª edição – 2016
30ª edição – 2017
31ª edição – 2018
32ª edição – 2019

gen
Grupo
Editorial
Nacional

O GEN | Grupo Editorial Nacional – maior plataforma editorial brasileira no segmento científico, técnico e profissional – publica conteúdos nas áreas de concursos, ciências jurídicas, humanas, exatas, da saúde e sociais aplicadas, além de prover serviços direcionados à educação continuada.

As editoras que integram o GEN, das mais respeitadas no mercado editorial, construíram catálogos inigualáveis, com obras decisivas para a formação acadêmica e o aperfeiçoamento de várias gerações de profissionais e estudantes, tendo se tornado sinônimo de qualidade e seriedade.

A missão do GEN e dos núcleos de conteúdo que o compõem é prover a melhor informação científica e distribuí-la de maneira flexível e conveniente, a preços justos, gerando benefícios e servindo a autores, docentes, livreiros, funcionários, colaboradores e acionistas.

Nosso comportamento ético incondicional e nossa responsabilidade social e ambiental são reforçados pela natureza educacional de nossa atividade e dão sustentabilidade ao crescimento contínuo e à rentabilidade do grupo.

Índice Sistemático

Obras e Estudos do Autor XIII
Nota da Atualizadora XVII
Prefácio XXIII

Parte Primeira – INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL 1

Capítulo I – O Direito e sua Divisão 1

1. Noção de Direito. Direito positivo. Direito natural.Direito e moral 3
2. Direito objetivo e direito subjetivo 10
3. Direito público e direito privado. Princípios de ordem pública 11
4. Direito civil. Direito civil constitucional 16
4-A. Unificação do direito privado 20

Capítulo II – Direito Subjetivo 23

5. Conceito de direito subjetivo. Outras situações jurídicas subjetivas 25
6. Análise do direito subjetivo. A relação jurídica 32
7. Categorias de direito subjetivo 38

Capítulo III – Direito Objetivo 43

8. Direito objetivo. Caracteres 45
9. Fontes de direito: atuais e históricas. Moderna doutrina das fontes de direito 47
10. Lei 53
11. Costume 57
12. Analogia 60
13. Princípios gerais de direito. Doutrina. Equidade. Direito comparado 62
14. Codificação 66
15. História da codificação brasileira 68
16. A necessidade de revisão do Código de 1916 72
16-A. O movimento de descodificação do Direito Civil 75
16-B. O Código Civil de 2002 76

Capítulo IV – Classificação das Leis 79

17. Classificação das leis segundo a hierarquia 81
18. Classificação das leis segundo a extensão territorial 86
19. Classificação das leis segundo a força obrigatória 88
20. Classificação das leis segundo a natureza 90
21. Classificação das leis segundo a intensidade da sanção 92

STJ00109832 - V. 1

Capítulo V – Eficácia da Lei 95

22. Início da vigência das leis 97
23. Princípio da obrigatoriedade das leis 100
24. Princípio da continuidade das leis 103
25. Cessação da eficácia das leis: revogação, derrogação, ab-rogação 104
26. Revogação: expressa e tácita 107
27. Lei repristinatória 110
27-A. Eficácia imediata da Constituição 111

Capítulo VI – Conflito de Leis no Tempo 115

28. Direito intertemporal 117
29. Princípio da irretroatividade das leis 120
30. Teorias subjetivistas 125
31. Teorias objetivistas 129
32. Repercussão no direito brasileiro 134

Capítulo VII – Eficácia da Lei no Espaço 141

33. Exterritorialidade da lei 143
34. Direito internacional privado 145
35. Teoria dos estatutos 146
36. Princípio do domicílio e da nacionalidade 149
37. Doutrina legal brasileira 151

Capítulo VIII – Interpretação da Lei 159

38. Conceito de interpretação e suas espécies 161
39. Hermenêutica tradicional 168
40. Interpretação científica 170
41. Controle da constitucionalidade. Existência da lei 173

Parte Segunda – TEORIA GERAL DE DIREITO CIVIL 179

Capítulo IX – Personalidade e Direitos da Personalidade 179

42. Personalidade e pessoa natural 181
43. Começo da personalidade 183
44. Fim da personalidade 188
44-A. Ausência 192
45. Comoriência 197
46. Registro civil das pessoas naturais 198
46-A. Direitos da personalidade 200
47. Nome civil 205
47-A. Direito à vida e à integridade física 211
47-B. Integridade moral 215

STJ00109832 - V. 1

Capítulo X – Incapacidade 221

48. Capacidade e estado das pessoas 223
49. Incapacidade 228
50. Os absolutamente incapazes 231
51. Os relativamente incapazes 240
51-A. Tomada de decisão apoiada (remissão) 245
52. Maioridade e emancipação 245

Capítulo XI – Pessoa Jurídica 251

53. Noção de pessoa jurídica e seus requisitos 253
54. Natureza da pessoa jurídica 257
55. Capacidade e representação da pessoa jurídica 264
56. Classificação das pessoas jurídicas 268
57. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas 274
58. Nacionalidade das pessoas jurídicas 279
58-A. Desconsideração da personalidade jurídica 283
58-B. Direitos da personalidade e a pessoa jurídica 290

Capítulo XII – Sociedades, Associações e Fundações 291

59. Começo de existência das pessoas jurídicas. Registro 293
60. Sociedades (remissão). Associações 298
61. Fim da existência das associações. Destino de seus bens 301
62. Fundações 306

Capítulo XIII – Domicílio 313

63. Domicílio e residência 315
64. Unidade, pluralidade e falta de domicílio. Mudança 320
65. Domicílio voluntário e domicílio necessário.Domicílio legal. Domicílio geral e especial 323
66. Domicílio das pessoas jurídicas 328

Capítulo XIV – Objeto dos Direitos 331

67. Patrimônio 333
68. Objeto dos direitos: coisas e bens 341
69. Bens corpóreos e incorpóreos 345

Capítulo XV – Classificação dos Bens 349

70. Móveis e imóveis 351
71. Bens fungíveis e infungíveis 360
72. Bens consumíveis e não consumíveis 362
73. Bens divisíveis e indivisíveis 363
74. Bens singulares e coletivos 365

STJ00109832 - V. 1

75. Bens principais e acessórios 367
76. Bens públicos e privados. Regime das minas 373
77. Bens disponíveis e indisponíveis. Bem de família. Tombamento artístico e histórico 380

Capítulo XVI – Aquisição, Modificação e Extinção dos Direitos Subjetivos 385

78. Fato jurídico 387
79. Nascimento e aquisição dos direitos 390
80. Modificação dos direitos 393
81. Extinção e perda dos direitos. Renúncia 396

Capítulo XVII – Negócio Jurídico 401

82. Negócio jurídico e ato jurídico. Ato jurídico *stricto sensu* 403
83. Manifestação e declaração de vontade 407
84. Requisitos de validade do negócio jurídico 411
84-A. Forma do negócio jurídico 413
85. Classificação dos negócios jurídicos 420
86. Interpretação do negócio jurídico 423
87. Causa do negócio jurídico 428

Capítulo XVIII – Defeitos do Negócio Jurídico 433

88. Manifestação de vontade defeituosa 435
89. Erro de fato e erro de direito 438
90. Dolo 445
91. Coação 448
92. Simulação (remissão) 453
93. Fraude contra credores 454
94. Lesão e estado de perigo 460

Capítulo XIX – Modalidades do Negócio Jurídico 465

95. Elementos acidentais do negócio jurídico 467
96. Condição: noção, classificação e efeitos 468
97. Condição suspensiva e condição resolutiva 476
98. Condição impossível e condição proibida 482
99. Termo e prazo 485
100. Encargo 490
101. Pressuposição 492

Capítulo XX – Prova 495

102. Forma do negócio jurídico (remissão) 497
103. Da prova 497
104. Prova documental, testemunhal e pericial 501
105. Confissão. Presunção. Autoridade da coisa julgada.Provas técnicas 509

STJ00109832 - V. 1

Capítulo XXI – Representação 515

106. Poder de representação: legal e convencional 517
107. Efeitos da representação 524

Capítulo XXII – Invalidade do Negócio Jurídico 529

108. Negócio jurídico ineficaz, em geral. Ineficácia *stricto sensu* *531*
109. Nulidade 534
109-A. Simulação 537
110. Anulabilidade 540
111. Efeitos da nulidade e da anulabilidade 542
112. Atos inexistentes 546

Capítulo XXIII – Ato Ilícito 549

113. Conceito de ilícito 551
114. Dolo. Culpa 553
115. Responsabilidade civil 557
116. Responsabilidade civil do Estado 562
117. Escusativas de responsabilidade e concorrência de culpa 564
118. Abuso do direito 566

Capítulo XXIV – Prescrição e Decadência 571

119. O tempo e a relação jurídica 573
120. Prescrição aquisitiva 574
121. Prescrição extintiva 575
122. Decadência 581
123. Prazos prescricionais 584
124. Suspensão da prescrição 586
125. Interrupção da prescrição 588

Índice Alfabético-remissivo 593

STJ00114110 - V. 2

CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA

Professor Emérito na Universidade Federal do Rio de Janeiro
e na Universidade Federal de Minas Gerais.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL

Volume II

TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

Guilherme Calmon Nogueira da Gama
Atualizador e colaborador

33ª edição revista e atualizada

261

gen | Editora FORENSE

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *18.11.2021*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

1ª edição - 1962
33ª edição - 2022

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

P49i
Pereira, Caio Mário da Silva,

Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações / Caio Mário da Silva Pereira; atualizador e colaborador Guilherme Calmon Nogueira da Gama. – 33. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.
(Instituições de direito civil; 2)

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-596-4333-2

1. Direito civil – Brasil. 2. Obrigações (Direito) – Brasil. I. Gama, Guilherme Calmon Nogueira da. II. Título. III. Série.

21-75038 CDU: 347.4(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

Respeite o direito autoral

Índice Sistemático

Prefácio IX
Nota do Atualizador XVII

Capítulo XXV – Noção Geral de Obrigação .....

126. Conceito de obrigação 3
127. Evolução histórica da obrigação 7
128. Elementos essenciais da obrigação 15
129. Obrigação civil e obrigação natural 28
130. Fontes da obrigação 34
131. Obrigação propriamente dita. Obrigação real. Obrigação *propter rem* 38

Capítulo XXVI – Classificação das Obrigações quanto ao Objeto: Positivas e Negativas 45

132. Classificação das obrigações em geral 47
133. Obrigações de dar e de restituir coisa certa 51
134. Obrigação de dar coisa incerta 56
135. Obrigação de fazer 59
136. Obrigação de não fazer 65
136-A. Breves considerações sobre aspectos processuais 67

Capítulo XXVII – Classificação das Obrigações quanto ao Sujeito: Indivisibilidade e Solidariedade 69

137. Conceito de indivisibilidade 71
138. Efeitos da indivisibilidade: pluralidade de devedores e de credores 75
139. Perda da indivisibilidade. Distinção da solidariedade 79
140. Conceito de solidariedade 81
141. Solidariedade ativa 89
142. Solidariedade passiva 94
143. Extinção da solidariedade 101

Capítulo XXVIII – Classificação das Obrigações quanto aos Elementos não Fundamentais 105

144. Obrigação alternativa. Direito de escolha. Impossibilidade da prestação 107
145. Obrigação condicional e a termo 115
146. Obrigação principal e acessória 118
147. Prestação de juros 120
148. Prestação pecuniária 131

Capítulo XXIX – Cláusula Penal 145

149. Natureza e caracteres da cláusula penal 147
150. Pena convencional moratória e compensatória. Cláusula de arrependimento 152
151. Efeitos da cláusula penal 157

Capítulo XXX – Pagamento 167

152. Execução voluntária. Pagamento 169
153. Condições subjetivas do pagamento 173
154. Condições objetivas do pagamento 184
155. Lugar do pagamento 192
156. Tempo do pagamento 195
157. Prova do pagamento 200

Capítulo XXXI – Pagamentos Especiais 205

158. Pagamento por consignação 207
159. Pagamento com sub-rogação 217
160. Imputação do pagamento 225
161. Dação em pagamento 229

Capítulo XXXII Extinção das Obrigações sem Pagamento 237

162. Novação 239
163. Compensação 249
164. Transação 263
165. Confusão 263
166. Compromisso 267
167. Remissão 268

Capítulo XXXIII – Enriquecimento sem Causa e Pagamento Indevido 277

168. Enriquecimento sem causa 279
169. Repetição do pagamento 286
170. Retenção do pagamento indevido 293

Capítulo XXXIV – Mora 297

171. Conceito de mora. Do devedor e do credor 299
172. Purgação e cessação da mora 306
173. Constituição em mora 308

Capítulo XXXV – Inadimplemento das Obrigações 311

174. Inadimplemento da obrigação, absoluto e relativo 313
175. Dolo e culpa 317

176. Indenização: dano patrimonial e dano moral 323
176-A. Perdas e danos 333
176-B. Juros legais 340
177. Inimputabilidade: caso fortuito e força maior. Eliminação do risco 344
178. Exoneração convencional: cláusula de não indenizar 350
178-A. Arras 354
178-B. Preferências e privilégios creditórios 357

Capítulo XXXVI – Transferência das Obrigações 359

179. Cessão de crédito: conceito e natureza 361
180. Validade da cessão: entre as partes e em relação a terceiros 367
181. Responsabilidade do cedente 371
182. Efeitos da cessão: quanto ao devedor e ao cessionário 374
183. Assunção de débito 378
183-A. Cessão de contrato 386

Capítulo XXXVI-A – Preferências e Privilégios Creditórios 389

183-B. Responsabilidade Patrimonial 391
183-C. *Par conditio creditorum* 392
183-D. Insolvabilidade, insolvência e insolvência civil 393
183-E. Preferências e privilégios 397
183-F. Créditos com privilégio especial 401
183-G. Créditos com privilégio geral 405
183-H. Quadro geral de credores 407

Apêndice 409

Índice Alfabético-Remissivo 435